

É necessária uma TAP totalmente pública!

A propósito do pagamento de prémios de forma discricionária

A atribuição de prémios de forma discricionária a um restrito número de funcionários da TAP é mais um reflexo das opções da gestão privada.

Esta opção errada junta-se a um conjunto de outras que tem caracterizado a gestão privada nestes dois últimos anos: a opção pela **intensificação da exploração** dos trabalhadores, que levou a quadros de pessoal abaixo das necessidades operacionais e colocou como prioridade de gestão a destruição da contratação colectiva dos tripulantes, opção responsável pela onda de supressões e atrasos que tanto prejudicou a TAP e que só o ano passado começou a ser parcialmente corrigida; a opção pela **subcontratação da operação da ponte aérea**, promovendo condições mais precárias de trabalho e de segurança, prejudicando os trabalhadores envolvidos e colocando em risco o prestígio da TAP; a opção por **sucessivos processos de redução de postos de trabalho**, nomeadamente nos serviços e na logística; a opção pelo **encerramento de Lojas** e por alguma descaracterização da companhia.

Em vez de prémios discricionários, o que se **exige da TAP é uma política de valorização dos seus trabalhadores**, valorizando os salários e os direitos, combatendo a precariedade e valorizando a contratação colectiva. Mas esta opção errada e condenável da gestão privada da TAP não pode ser usada - como alguns têm tentado - para desvalorizar a importância da TAP e da necessidade da total reversão da sua privatização.

O PCP continua a considerar que a privatização (concretizada por um Governo PSD/CDS em gestão) foi completamente **ilegal**, e criticámos a decisão do Governo do PS de a aceitar e de negociar apenas a sua reversão parcial. Da mesma forma, criticámos o Governo do PS por, apesar do Estado passar a deter uma participação de 50% da TAP, a gestão ter sido entregue ao capital privado e minoritário.

Reconhecemos e valorizamos no entanto que o facto do Estado ter recuperado a posse de 50% do capital, **permitiu travar alguns dos desmandos mais graves** que o capital privado chegou a ensaiar, desde o famigerado «Project Rise», oficialmente renegado, até ao cancelamento da alienação dos terrenos do reduto TAP, à derrota do processo de imposição de uma redução de custos no handling à custa da sobreexploração dos trabalhadores da SPDH, à derrota da liquidação do Centro de Contacto e ao travar dos ataques mais frontais à contratação colectiva. Na derrota destes ataques teve um papel fundamental a acção dos trabalhadores e suas organizações, que contaram sempre com a solidariedade activa do PCP, agindo todos numa situação política onde o actual Governo se encontrava limitado pelos compromissos que lhe foram impostos aquando da construção da solução governativa.

A TAP tem uma importância estratégica para o País e para a economia nacional: pela função que assume enquanto companhia aérea de bandeira; pelo facto de ser, desde antes da privatização, um dos três maiores exportadores nacionais; pelos mais de 700 milhões de euros de salários que paga em Portugal; pelos mais de 100 milhões anuais que gera para a Segurança Social Nacional; pelos mais de 10 000 postos de trabalho directos (e 20 000 indirectos) que cria em Portugal.

Mais do que a recriminação pública desta ou daquela medida, como fez agora o governo do PS, o que a actual situação exige é uma política que **coloque a gestão da TAP sobre controlo público**, e ao serviço do desenvolvimento sustentado do País.

Organiza-te: Adere ao PCP!

7 Junho 2019

sector.transportes@dorl.pcp.pt

Célula da TAP
Partido Comunista Português

